

25 DE FEVEREIRO - LANÇAMENTO DA CAMPANHA UNIFICADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - SPFs



VOCÊ SABIA QUE AS MEDIDAS PROVISÓRIAS 664 E 665, EDITADAS NO FINAL DE 2014, AFETAM TAMBÉM DIREITOS DOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS COMO A PENSÃO POR MORTE?

Hoje, 25 de fevereiro, em todo o país, estão ocorrendo mobilizações nas instituições públicas e atos para iniciar uma campanha que realmente consiga unificar forças contra os ataques do Governo contra os trabalhadores.

Nossa organização terá como prioridades a valorização e aprimoramento da carreira, conforme previa o acordo de 2012, e ainda o avanço na pauta comum do serviço público federal, como reajuste de benefícios, data-base e índice linear definido em 27,3%, dentre outros pontos.

Leia nas próximas páginas um manifesto produzido pelo Fórum dos SPFs e a Carta entregue aos parlamentares em 02 de fevereiro, abertura do ano legislativo.

Estão previstas mais duas jornadas de lutas, para os meses de março e abril, quando o Sindicato realizará assembleias nos locais de trabalho. Veja a agenda e não deixe de participar desses encontros para construirmos juntos os rumos do movimento!



ASSEMBLEIAS POR UNIDADE

IFF

02/03 - 13h

Anfiteatro

Presidência / Direh / Dirad

05/03 - 13h30

Aud. do Museu da Vida

Mata Atlântica / Hélio Fraga

09/03

Cecal / Dirac

13/03

Aud. da Dirac

INCQS

16/03 - 9h

Aud. do INCQS

COC

16/03 - 14h

Aud. do Museu da Vida

PARANÁ

18/03

IOC

19/03

INI

23/03

BIOMANGUINHOS

25/03

MINAS GERAIS

30/03

ICICT

31/03

MANAUS

01/04

BRASÍLIA

08/04

ENSP

09/04

FARMANGUINHOS

10/04

SALVADOR

13/04

RECIFE

14/04

FORTALEZA

15/04

Politécnico / Diplan

17/04

RONDÔNIA

20/04

MATO GROSSO DO SUL

28/04

março

abril

Governo Dilma: medidas penalizam, cortam e atacam direitos dos trabalhadores

Passada as eleições, várias medidas de ataques aos trabalhadores e, em especial, os que atuam nos serviços públicos foram tomadas, como, por exemplo reajustes nas tarefas públicas, aumento dos juros e de combustíveis, uma reforma previdenciária e trabalhista, através das medidas provisórias nºs 664 e 665, que alteram as leis nºs 7998/90(seguro-desemprego), 10779(seguro-desemprego para pescador), 8112/90(RJU), 8213/91(Planos de Benefício da Previdência Social) e 10876/04(Perícia Médica), sem nenhum debate com os trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais, que reduzem o valor das futuras pensões por morte à metade e triplicam o tempo mínimo de trabalho exigido para que o trabalhador demitido receba o seguro-desemprego, além de mudanças de regras do auxílio-doença e PIS.

As mudanças na Previdência são as mais pesadas contra trabalhadores desde a reformas de 1998 na era FHC e de 2003, no governo Lula, e que levou, já no governo Dilma, à privatização da previdência pública através da criação do fundo de pensão para o funcionalismo federal (Funpresp).

As medidas publicadas no apagar das luzes de 2014, desta vez atingem de conjunto da classe trabalhadora, principalmente as mulheres(pensão por morte) e os jovens trabalhadores que representam 74% dos que recorrem ao seguro-desemprego e que, segundo o Dieese, 55% deles não completam nem um ano no mesmo emprego, e não podemos esquecer que ainda favoreceu o capital estrangeiro aprovando a lei 13.097/2015, que dentre outras coisa, abre

a possibilidade a saúde ser controlada por empresas de fora do país.

Através destas alterações, o governo Dilma estima em retirar 18 bilhões por ano dos trabalhadores e pensionistas. Segundo o próprio Ministro Levy, este “lucro” com os trabalhadores será utilizado para garantir o superavit primário. Mas também deve ser utilizado para compensar a desoneração da folha das empresas, já que no ano passado esta concessão do governo a empresários, segundo dados oficiais, fizeram a Previdência Social deixar de receber R\$ 16,5 bilhões, e em 2015, a conta deve ficar próxima dos R\$ 21,4 bilhões.

Vale lembrar que durante a campanha eleitoral, a presidente havia se comprometido em não mexer nos direitos dos trabalhadores, afirmando que “Nem que a Vaca Tussa” faria isso, discurso repetido quando da sua posse em 1º de janeiro, e quem a reelegeu não acreditava que faria maldades desta magnitude.

Na segunda quinzena de janeiro, no dia 19, o representante dos banqueiros no governo, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou a elevação do PIS e da Cofins sobre os combustíveis, sobre os produtos importados e o retorno da Cide, que elevará mais uma vez o preço dos combustíveis, além dos aumentos do IPI sobre os atacadistas de cosméticos e do IOF no crédito para pessoas físicas. Além destas medidas, ocorrerá um novo aumento nas contas de energia elétrica ao consumidor, estimado em pelo menos 30%, e aumento das taxas de juros do financiamento imobiliário.

CARTA AOS PARLAMENTARES

As entidades sindicais logo abaixo relacionadas representam em torno de 2 milhões de trabalhadores do serviço público federal em todo país. Entendendo que a conjuntura política se desenvolve nos marcos da crise econômica mundial no qual o governo federal aplica um duro ajuste fiscal, estamos unidos com grande disposição de luta e sentimento de unidade para defender nossos direitos e avançar em mais conquistas.

Vimos cumprimentar os parlamentares recém-eleitos e desejamos êxito neste mandato que a população lhes creditou com o objetivo de alertar sobre os projetos de lei que estão em tramitação nessa casa que possuem conteúdo progressivo e que nos interessa a aprovação. Bem como viemos externar nossa preocupação com os projetos de lei que atacam os direitos dos trabalhadores que precisam ser retirados de pauta, pois ferem conquistas históricas dos trabalhadores.

Além dos Projetos, queremos alertar para a Lei 13.097, aprovada em dezembro, sem qualquer discussão com a sociedade, que tem efeito perverso sobre a saúde pública brasileira, com a permissão de entrada de capital estrangeiro na oferta de serviços de saúde.

Certos que podemos contar com o apoio dos parlamentares dessa casa para fortalecer e valorizar os trabalhadores do serviço público federal trazemos nossos votos de boa sorte e bom trabalho legislativo para o próximo período.

PROJETOS / MEDIDAS QUE SÃO AMEAÇAS A CLASSE TRABALHADORA E QUE PRECISAM SER RETIRADOS DE PAUTA:

- Regulamentação da terceirização (PL 4330/2004);
- Simples trabalhista (PL 951/2011);
- Acordo extrajudicial de trabalho (PL 5101/2013);
- Impedir o empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011);
- Suspensão de contrato de trabalho (PLS 62/2013);
- Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012);
- Trabalho intermitente (PL 3785/2012);
- Código de Trabalho (PL 1463/2011).
- Dispensa por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998);
- Limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007);
- Fundações Estatais (PLP 92/2007).
- Direito de Greve (PLS 327/2014)
- Direito de Greve – (4497/2001)
- Seguro-Desemprego (MP 665/2014)
- Pensão por Morte e Auxílio-doença (MP 664/2014)
- PLS – Projeto de Lei do Senado, Nº 287 de 2013.
- PLS – Projeto de Lei do Senado, Nº 710 de 2011.

PROJETOS QUE SÃO DE INTERESSE DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL E QUE PRECISAM SER APROVADOS:

- Política de valorização dos aposentados (tramita o PL 4434/2008, que recupera o valor das aposentadorias);
- Jornada de trabalho (PEC 231/1995 e PL 4653/1994);
- Fator previdenciário (3299/2008);
- Igualdade de gênero no trabalho (PL 6653/2009 e PLS 136/2011, entre outros);
- Trabalho escravo (PEC 57- A/1999);
- Demissão imotivada (MSG 59/2008).
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT;
- Extinção da contribuição de inativos (PEC 555/2006);
- Assédio moral no serviço público (PLS 121/2009).
- Estabilidade do dirigente sindical (PL 6706/2009).
- Negociação Coletiva (287/2013)
- Organização Sindical projetos das Centrais (7205/2014)